

“A PEC 241”

Orlando Afonso Valle do Amaral

Goiânia, CONSUNI, 20 de outubro de 2016

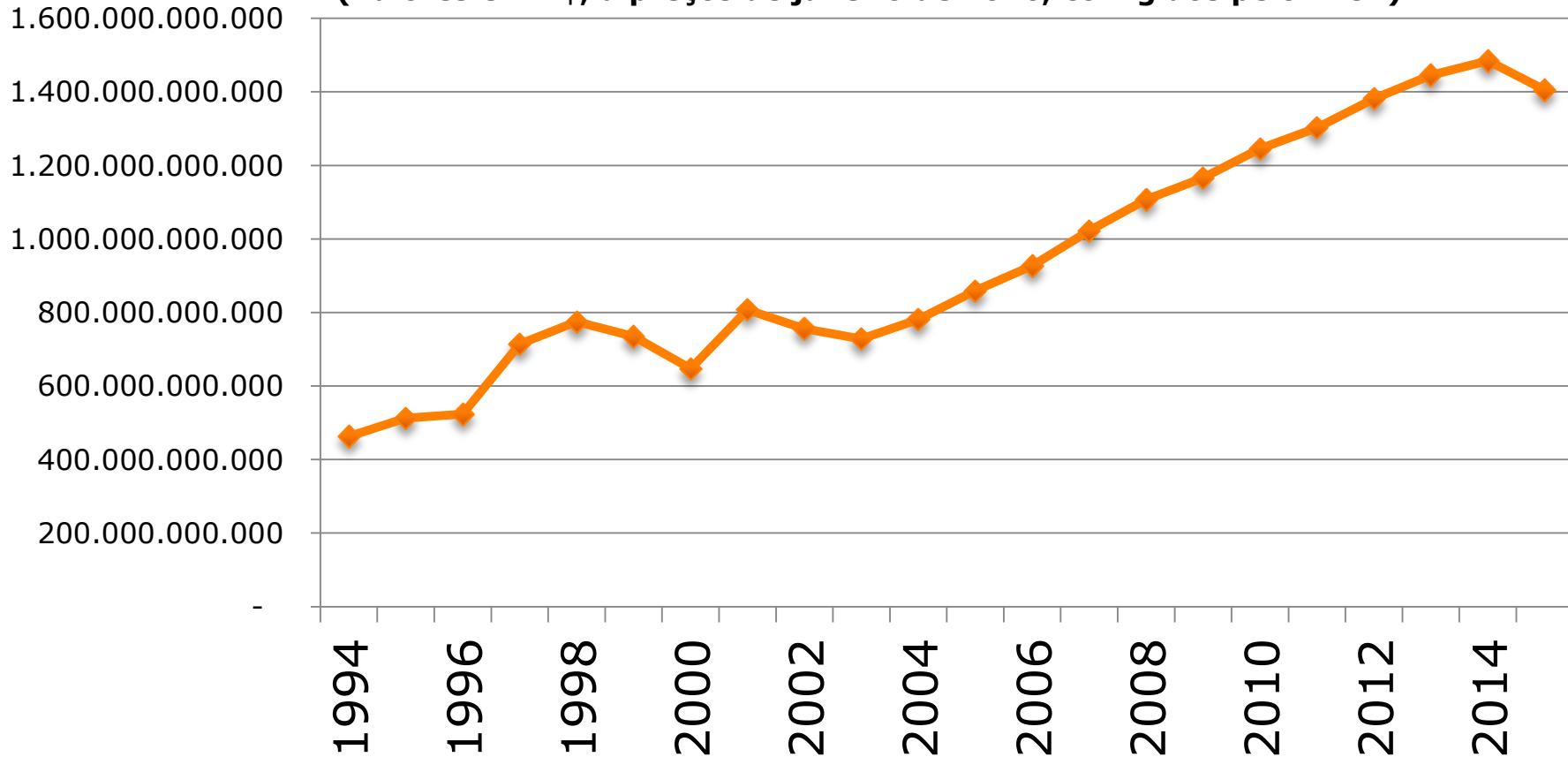
As tabelas e gráficos apresentados fazem parte dos estudos:
“PEC 241: a “morte” do PNE (2014-2024)?” (em elaboração) e
“Uma análise sobre os recursos que financiam a educação brasileira
e o PNE (2014-2024)” (apresentado ao CNE)
de Nelson Cardoso Amaral

Premissa apresentada para a PEC 241:

Despesas Primárias com grande elevação

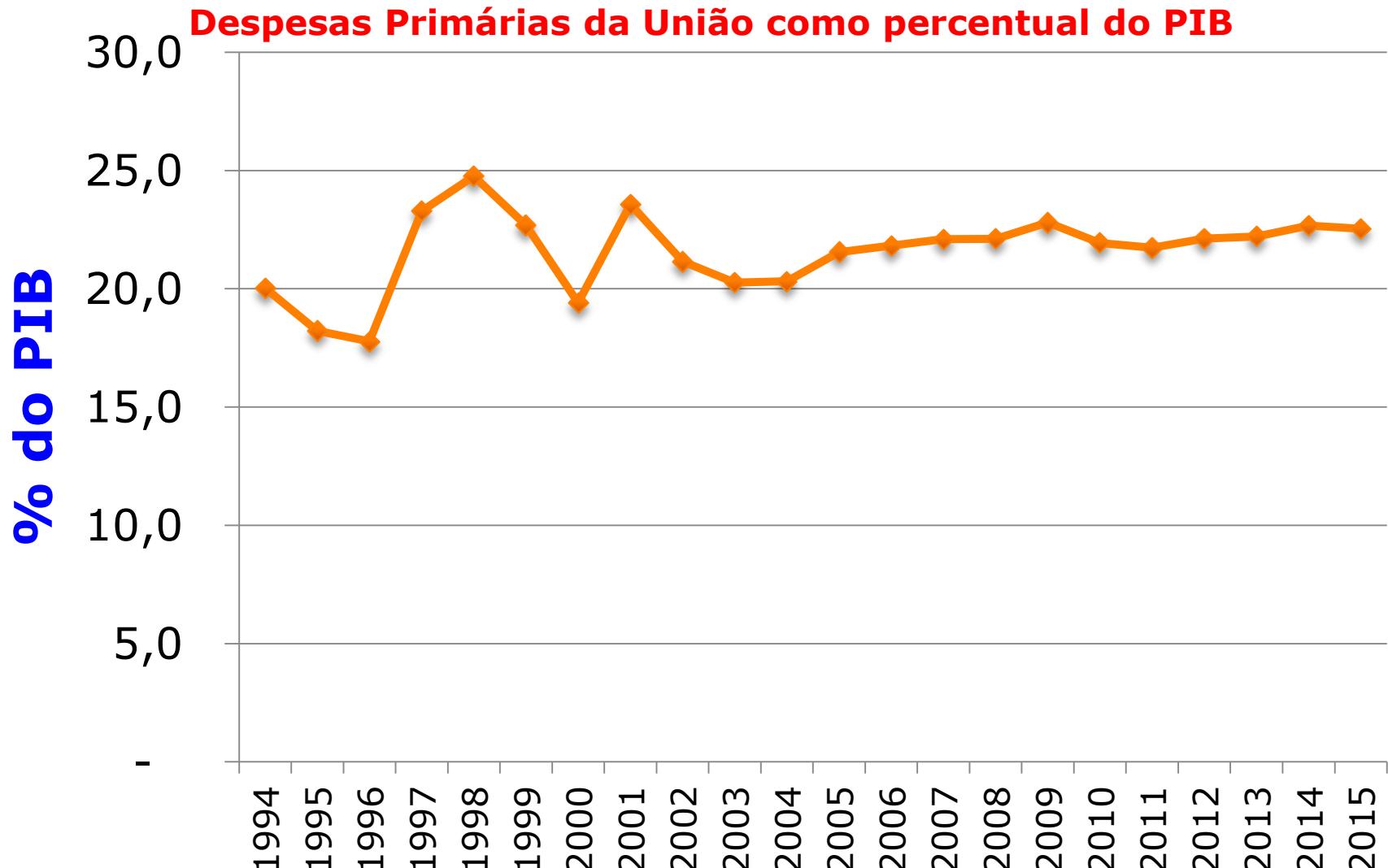
Despesas Primárias da União

(Valores em R\$, a preços de janeiro de 2016, corrigidos pelo IPCA)



Fonte: <www.tesouro.fazenda.gov.br/-/series-historicas>

(Despesa da União por Grupo de Natureza-1980 a 2016)

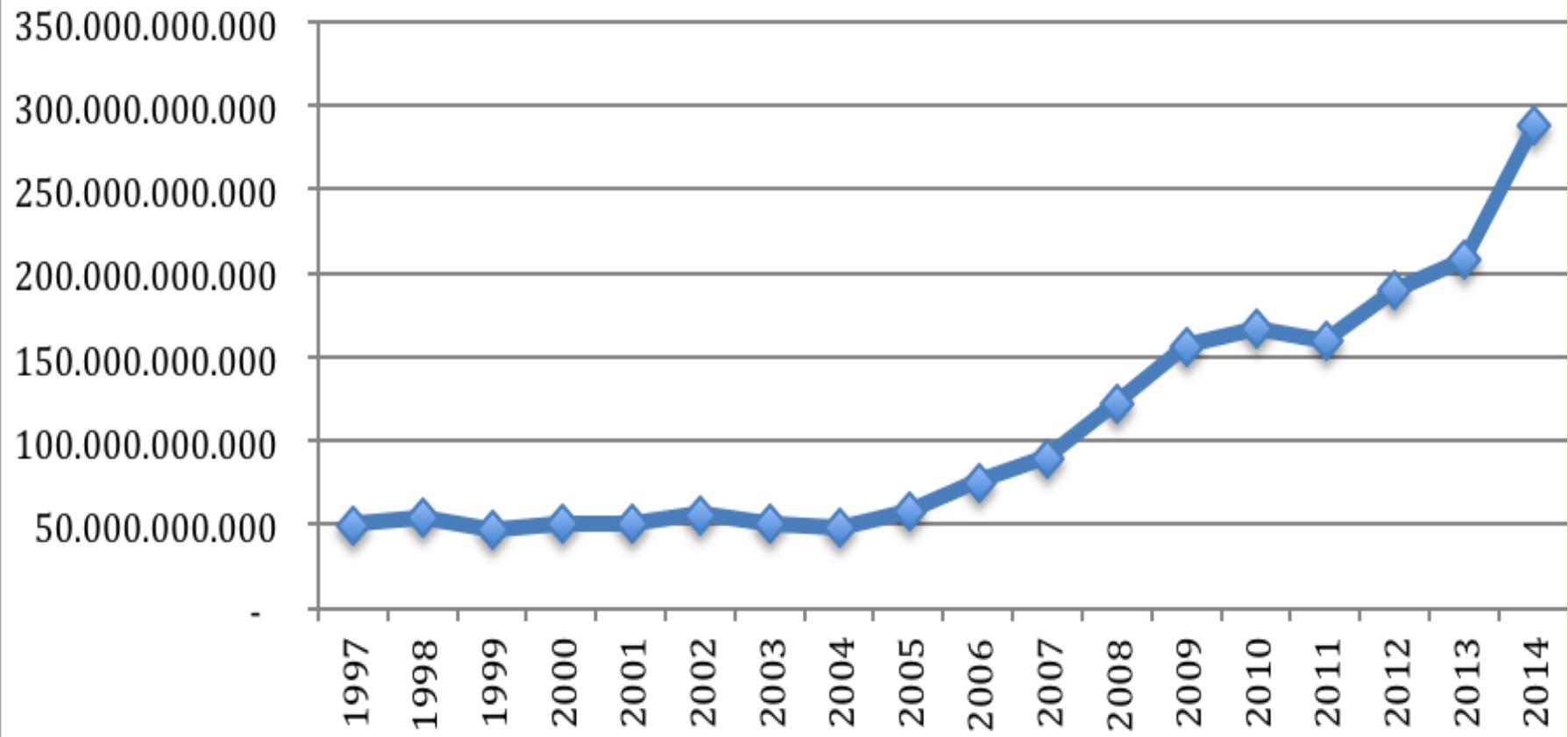


Fonte para o PIB: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores> e cálculos deste estudo

Renúncias de Receitas

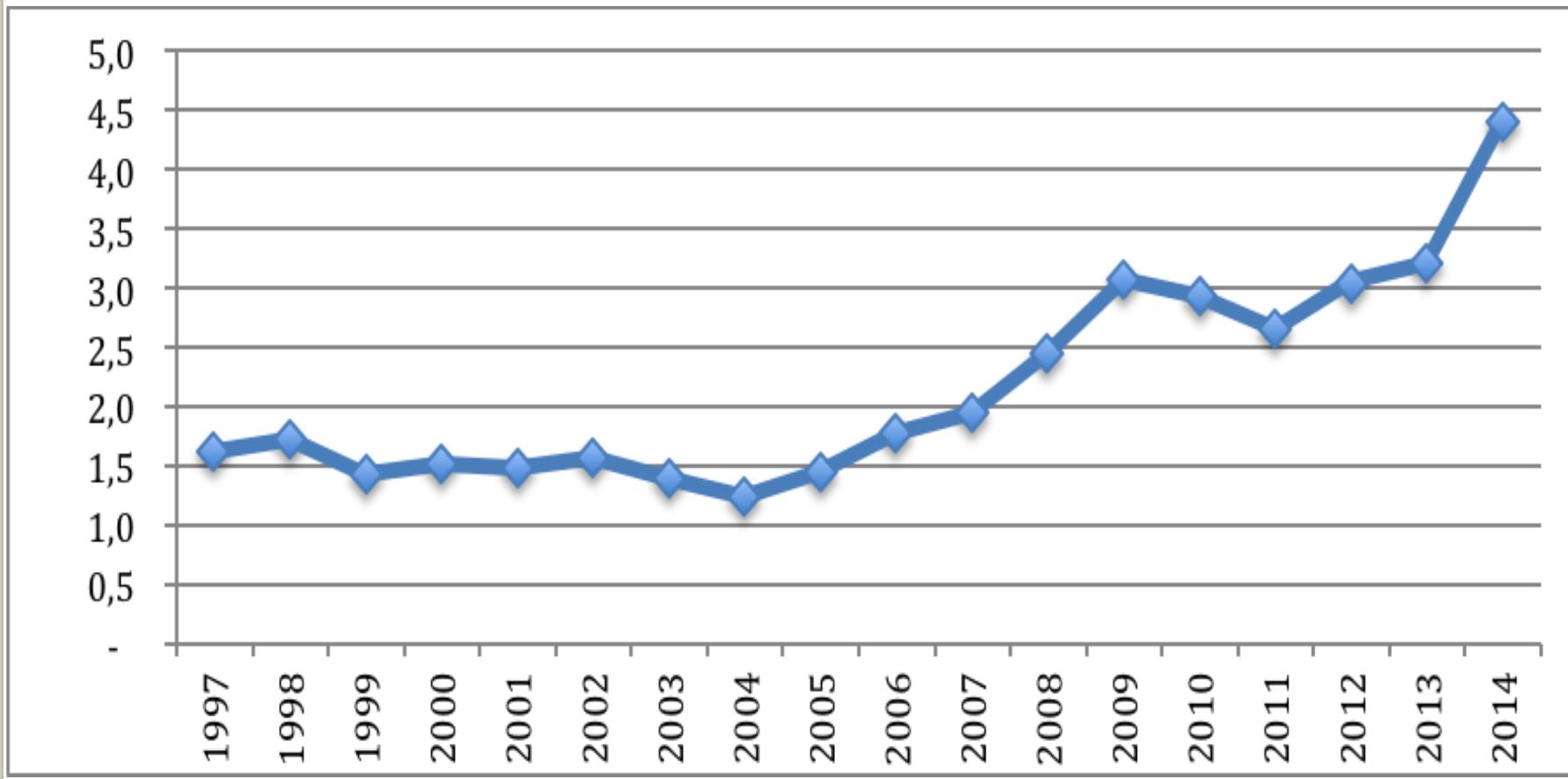
Não há previsão de redução na PEC 241

Renúncias tributárias no período 1997-2014, em R\$, valores corrigidos pelo IPCA para janeiro de 2016



Fonte: <idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/renuncia-fiscal/Previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativos-dos-gastos-Tributarios-dgt>

Evolução dos valores de renúncias de receitas da União como percentual do PIB



Fonte para o PIB: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores> e cálculos deste estudo

Fonte: <idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitada/rencia-fiscal/Previsoes-ploa/arquivos-e-imagens/demonstrativos-dos-gastos-Tributarios-dgt

Resumo das motivações das renúncias das receitas da União em 2014 e seus valores em R\$, de 2014		
Motivação da Renúncia de Receita	Valor em R\$ de 2014	%
Simples Nacional	61.779.812.916	24,74
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	24.999.801.646	10,01
Desoneração da Folha de Salários	24.071.717.689	9,64
Agricultura e Agroindústria – Desoneração Cesta Básica	22.621.556.794	9,06
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis – IRPF	19.480.241.918	7,80
Entidades Sem Fins Lucrativos – Imunes/Isentas	19.431.741.450	7,78
Dedução de Rendimento Tributável – IRPF	14.795.498.020	5,92
Benefícios do Trabalhador	8.030.488.150	3,22
Desenvolvimento Regional	7.538.725.714	3,02
Programa de Inclusão Digital	5.337.340.773	2,14
Poupança	5.229.490.716	2,09
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Intermediários de Síntese	4.995.391.975	2,00
Informática e Automação	4.580.409.436	1,83
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	2.867.073.416	1,15
Setor Automotivo	2.855.453.396	1,14
REID	1.724.052.439	0,69
Cultura e Audiovisual	1.560.216.096	0,62
Transporte Coletivo	1.414.214.381	0,57
Financiamentos Habitacionais	1.366.077.798	0,55
Embarcações e Aeronaves	1.252.278.083	0,50
Vale-Cultura	1.231.134.850	0,49
REPNBL-Redes	1.018.052.500	0,41
Horário Eleitoral Gratuito	839.534.999	0,34
Construção Civil – Prorrogação da Cumulatividade	679.367.897	0,27
Pronon	674.430.273	0,27
Pronas/PCD	674.430.273	0,27
MEI – Microempreendedor Individual	613.144.308	0,25
PROUNI	601.118.818	0,24
RETAERO	595.350.861	0,24
Petroquímica	536.761.089	0,21
Incentivo à Formalização do Emprego Doméstico	525.903.480	0,21
Livros	448.501.165	0,18
Máquinas e Equipamentos – CNPq	446.874.015	0,18
(...)		

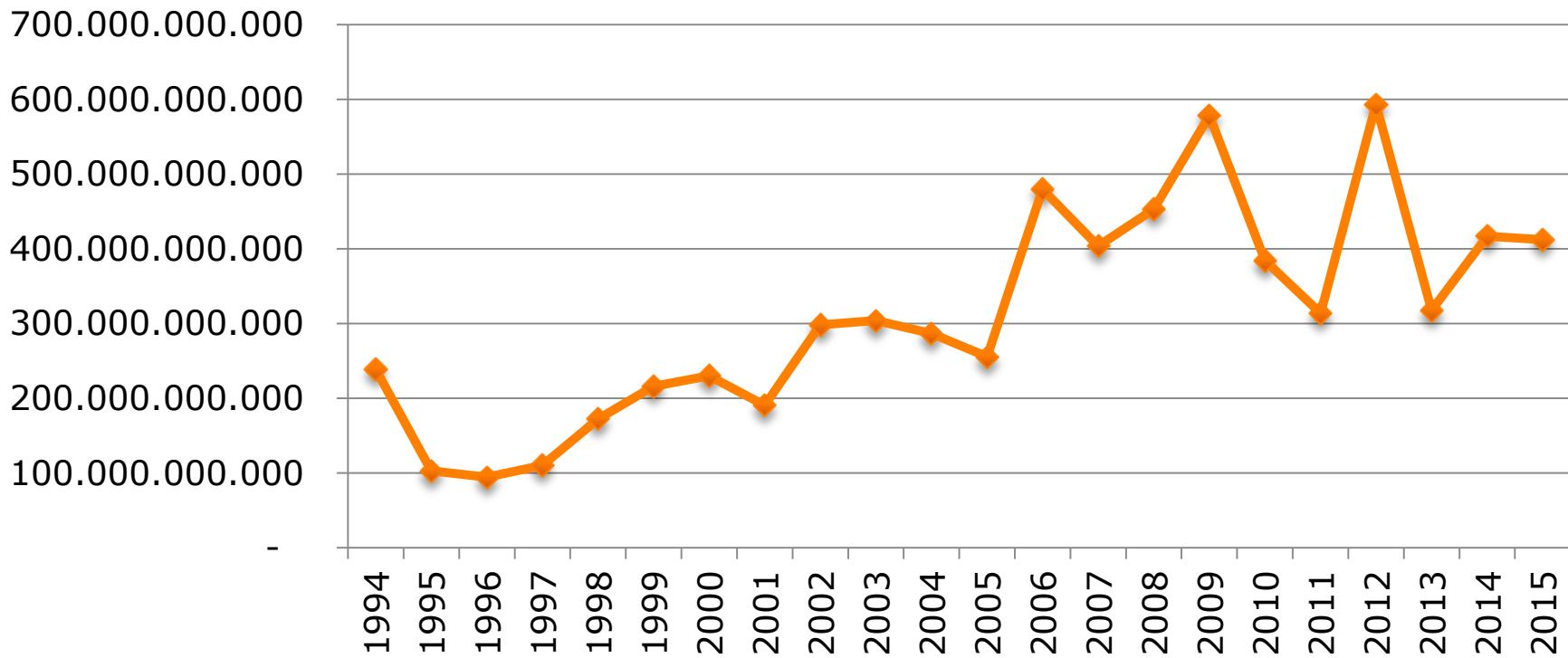
Fonte: (BRASIL.RF/MF, 2015)

**Pagamento de Juros, Encargos e
Amortização da Dívida**
**(não inclui o Refinanciamento da
dívida por não significar recursos
financeiros que podem sofrer outras
destinações)**

Não há limite estabelecido pela PEC 241

Pagamento de juros, encargos e amortização da dívida

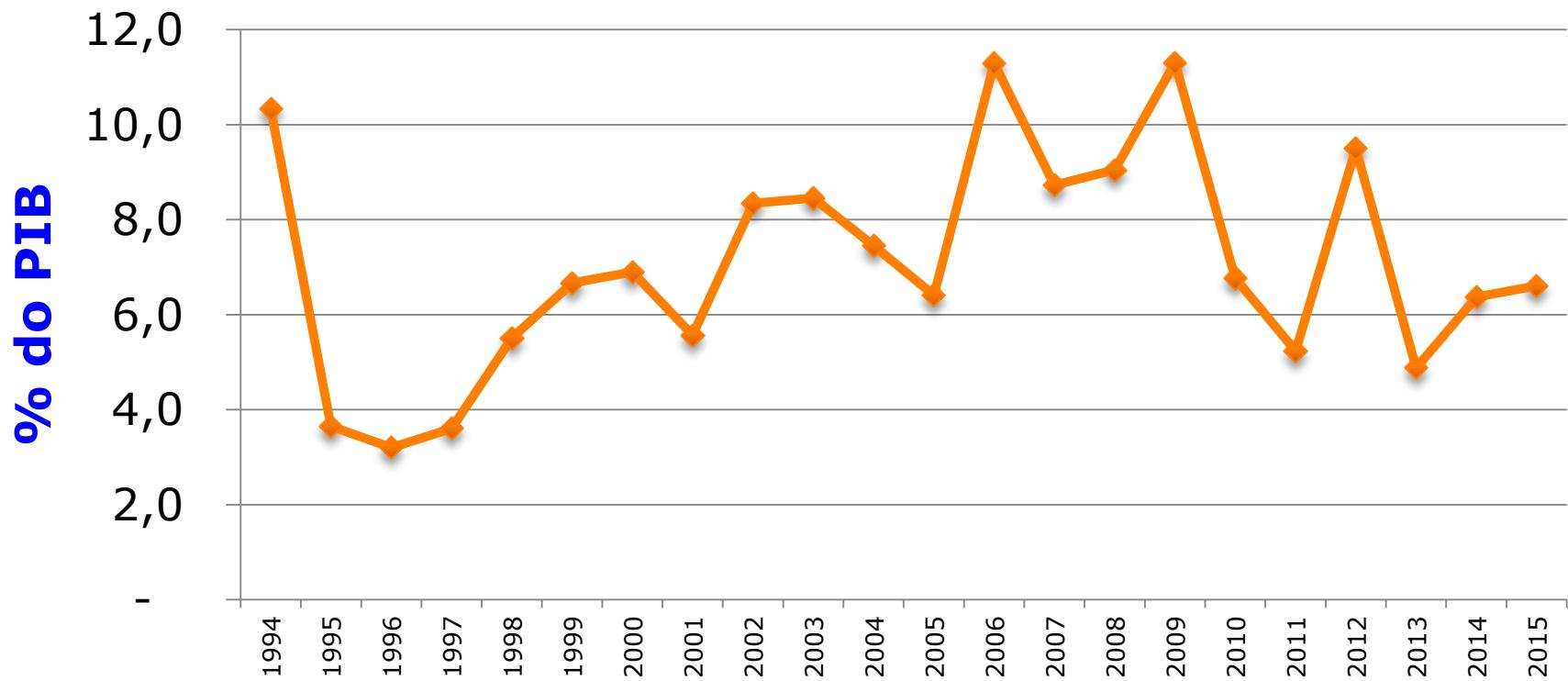
(Valores em R\$, a preços de janeiro de 2016, corrigidos pelo IPCA)



Fonte: www.tesouro.fazenda.gov.br/-/series-historicas

(Despesa da União por Grupo de Natureza-1980 a 2016)

Pagamento de juros, encargos e amortização da dívida como percentual do PIB



Fonte para o PIB: <<https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>> e cálculos deste estudo

A PEC 241

Art. 102. Será fixado, para cada exercício, limite individualizado para a **despesa primária** total do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.



Poder Executivo



Poder Judiciário



Poder Legislativo

Individualizado



“caixas” isoladas



TCU



MPU



DPU

Para o exercício de 2017, a despesa primária realizada no exercício de 2016 **será corrigida pelo IPCA**;

e

nos exercícios posteriores, o valor referente ao exercício imediatamente anterior, **corrigido pela variação do IPCA**.

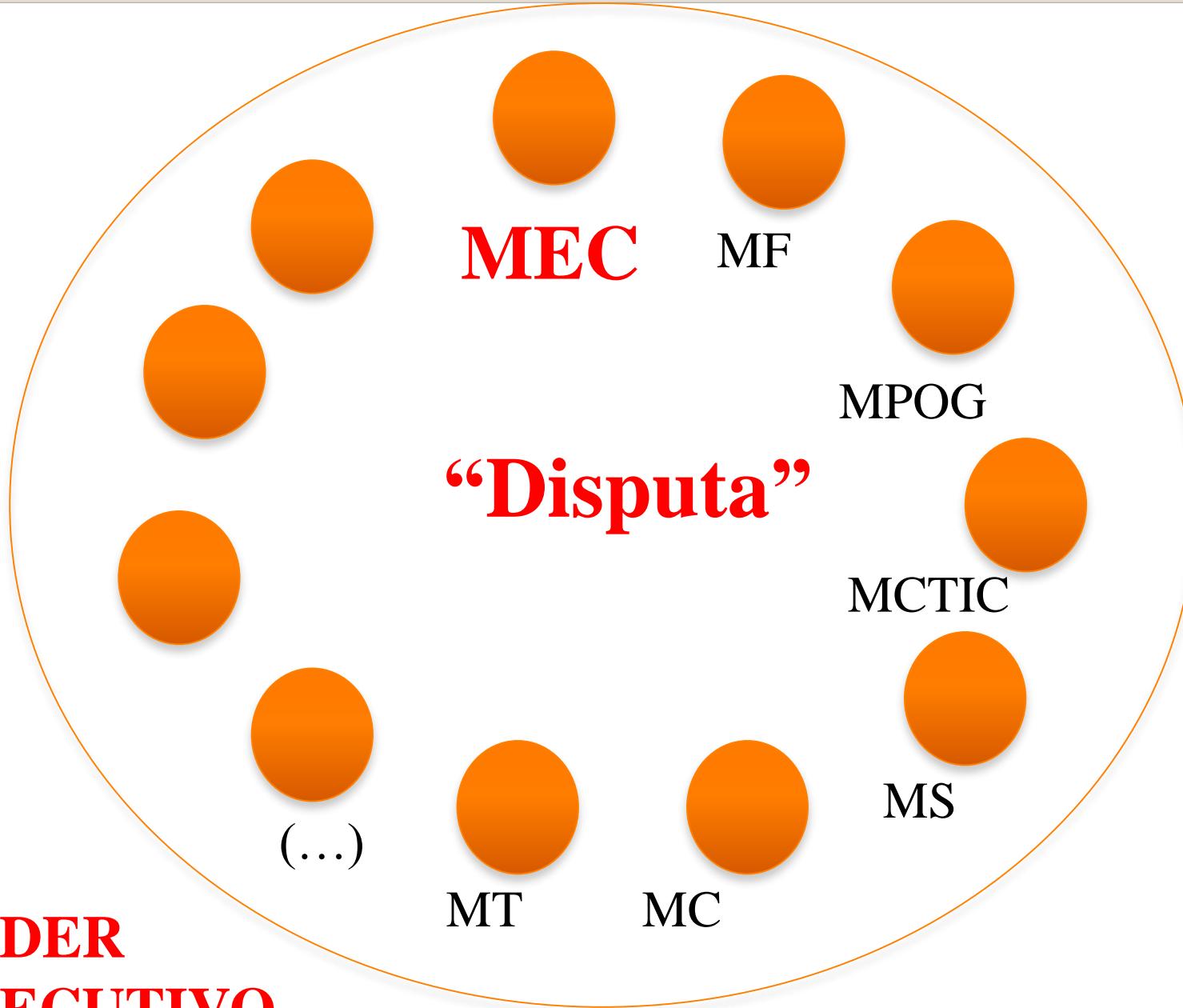


IPCA → **Inflação**



Congelamento dos valores

**PODER
EXECUTIVO**



MEC

(...)

ENEM
ENADE

FIES

PROUNI

Programas
para a Educação
Básica

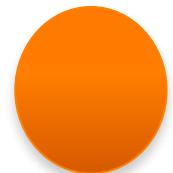
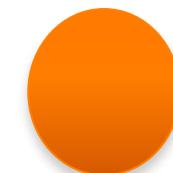
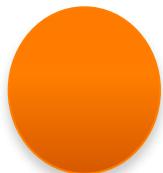
Capes

CEFETs

“Disputa”

UFs

IFs

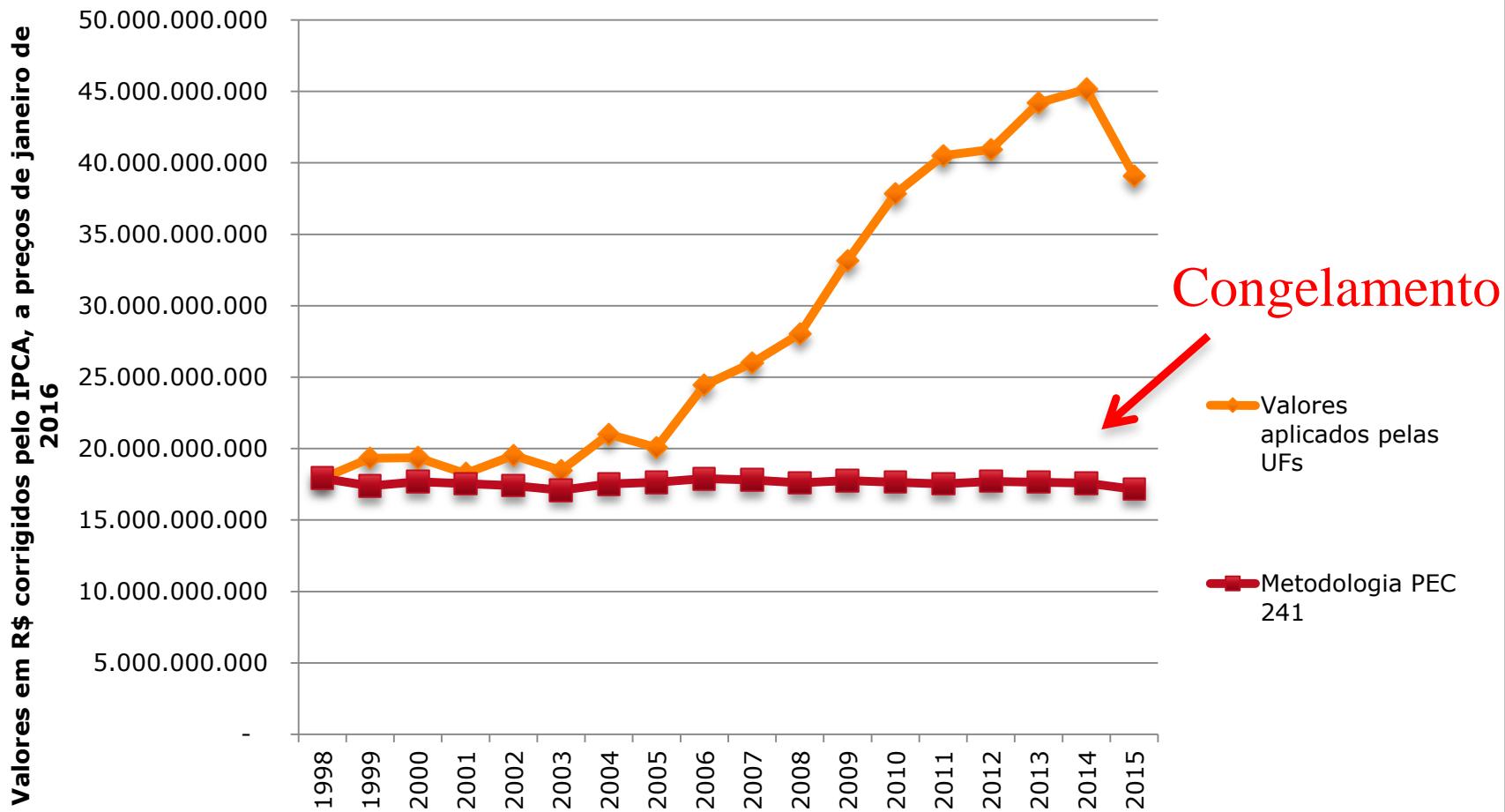


Impacto da utilização da metodologia da PEC 251 no orçamento das UFs

Vamos considerar que em 1998 esta sistemática fosse implementada a partir de 1999.

Qual seria o comportamento dos recursos financeiros das UFs de 1999 a 2015?

Valores aplicados pelas UFs X Valores da Metodologia PEC 241



Total dos valores que seriam subtraídos: R\$ 196,8 bilhões

Fontes: <www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/orcamentobrasil/loa> (Execução Prçamentária do Governo federal de 1988 a 2015). IPCA: www.ipeadata.gov.br e cálculos deste estudo.

Muito Obrigado!